

DOC

ADUFRGS DOCUMENTO

4

GRAMSCI

Muitos pensadores, filósofos, artistas, revolucionários, políticos, tiveram seu centenário de nascimento comemorados, suas obras avaliadas em importância e o que representaram para sua época. Muito poucos conseguiram atingir essa comemoração em função de uma obra que permanece atual em sua plenitude. Quando isso acontece é porque nesta obra talvez se realize a feliz combinação de três elementos, que colocam a História na possibilidade de ser reinterpretada e reinventada através do que de constante ela contém: isto é, o revisionismo, a política e a conquista (hegemonia).

Após a queda de todos os “muros” e regimes que aí estão e também daqueles que ainda virão, sem dúvida, o que de constante há na História que se faz e que se fará, está ou estará baseada na possibilidade da combinação desses elementos. Eles poderão se apresentar nas mais diferenciadas especificações: “socialismo democrático”, capitalismo humanizado, democracias diretas, “democracias autoritárias”, representativas, parlamentares, etc., etc., etc. Nelas, estes elementos estarão presentes e serão definidores. Esta virtualidade da História e a sua formulação, talvez caracterize a genialidade da obra desse grande pensador marxista do início do século: a descoberta dessa singela combinação da História, através do que poderíamos chamar de um marxismo renovado, revisado, revolucionário.

Gramsci pensador tinha a vontade de criar alguma coisa “para sempre”; o revolucionário tratou da política mas não dos “interesses” na política. Na política, era a questão de se atribuir razão às maiorias que fundamentou toda a



Por que Gramsci?

Maria Assunta Campilongo *

oposição e a crítica que desenvolveu contra o tipo de centralismo reinante na III Internacional, colocando, de forma inequívoca, a relação entre Socialismo e Democracia; questão palpável e central nos dias de hoje, após o tão propalado “fracasso” dos regimes do Leste. Fracasso anunciado, naturalmente, por quem detém a hegemonia mundial, e que insiste em confundir propositalmente o fracasso dos regimes totalitários com o ideal democrático a atingir, inclusive no socialismo. Ideal este que está tão distante das sociedades capitalistas quanto das “ex”-socialistas contemporâneas.

Este, talvez, seja o ponto central que responde, por que Gramsci?

Dependendo de como se revisa a História, de quem conquista a hegemonia, de como as várias instâncias se expressam na arte da política e nas práticas políticas, é que se torna possível repensar as sociedades do ponto de vista da democracia, a qual não é redutível ao “livre mercado”.

A questão da democracia está presente em Gramsci tanto nos Cadernos como nas obras pré-cárcere. Da idéia de organização (os conselhos operários) à concepção do partido (o intelectual orgânico), passando pela questão da cultura e da vida nacional, os elementos se compõem formando uma complexa trama onde se articulam as alternativas: formando-se um certo modo de ser, fundamentado numa determinada visão de mundo.

Desta forma, da questão dos intelectuais às relações políticas de força, todas as suas análises desembocam na possibilidade, sempre posta, de chegar ao âmago da questão social-democrática,

pela vontade e pela luta política que redunde na construção de um “bloco histórico” que altere, o que denominou, as superestruturas ideológicas, políticas, religiosas, culturais, filosóficas da sociedade. A dinâmica da articulação-desarticulação dessas instâncias é que impõe constantemente a revisão e a revolução, em outras palavras, a mudança na direção que o novo bloco hegemônico apontar. Sem dúvida está posta, para sempre, a relação entre luta política e democracia, pelas necessidades que se criam de expressão de uma “nova vontade nacional-popular” (na concepção de povo, de cidadania).

Por essa fundamentalidade da obra desse grande revolucionário, ADVERSO não poderia se furtar de também prestar reconhecimento ao trabalho deste teórico-militante, apresentando ao leitor alguns textos de estudiosos de sua obra, que ao interpretar seu pensamento, dão atualidade e aplicabilidade a dimensões importantes, que pertencem ao cotidiano das práticas e das experiências da vida em sociedade. Este fato é de suma importância, principalmente no momento em que também a sociedade brasileira volta-se sobre si mesma, para refletir e buscar caminhos, que deverão ser revisados e construídos de forma mais justa e democrática.

Enfim, é o próprio conceito de soberania nacional e de cidadania que se deverá construir e conquistar. Daí porque Gramsci!

* Socióloga, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS

CONSELHOS X SINDICATOS DEMOCRACIA

Edmundo Fernandes Dias *

* Sociólogo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP

O período que vai do fim da guerra até a fundação do Partido Comunista da Itália, Seção da Internacional Comunista, é bastante rico em lutas - tanto operárias quanto camponesas - e é fundamentalmente um período de experimentações no "mundo do trabalho". A discussão que se segue refere-se à relação entre duas instituições das classes trabalhadoras: sindicatos e conselhos de fábrica. Repensar as instituições operárias articulando-lhe as diversas formas organizativas da classe, eis a tarefa de Gramsci. E na perspectiva da atualidade da revolução e para tal era necessário romper uma visão fatalista (economista).

Partindo das experiências revolucionárias, do final dos anos 10, Gramsci pensa a natureza diferencial dos estados capitalista e socialista. Contrariamente ao que pensavam Kautsky, Turatti e outros, o estado socialista é uma criação fundamentalmente nova. Mudar a burocracia governamental - se se mantinham as instituições burguesas - não bastava: "A fórmula 'conquista do Estado' deve ser entendida neste sentido: criação de um novo tipo de Estado gerado pela experiência associativa da classe proletária".³ O Estado socialista é uma criação nova: "As instituições do Estado capitalista foram organizadas para os fins da livre concorrência".⁴

O desenvolvimento capitalista italiano, no quadro do imperialismo, acentuado pela guerra, sofre modificações de tal monta, nos diz Gramsci, que não apenas as instituições liberais, burguesas, mas também as instituições tradicionais do movimento operário "tornaram-se incapazes para conter tanto vigor de vida revolucionária".⁵ Elas perderam em grande medida a sua capacidade de representar. E eram necessárias "instituições de tipo novo, de tipo estatal" para substituir as "instituições privadas e públicas do Estado democrático-parlamentar. (...) substituir a pessoa do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial, e realizar a autonomia do produtor na fábrica; (...) capazes de assumir o poder direutivo de todas as funções inerentes ao complexo sistema de relações de produção e de troca que ligam as relações de uma fábrica com as outras, constituindo a unidade econômica que liga as várias atividades da indústria agrícola, que por planos horizontais e verticais devem constituir o harmonioso edifício da economia nacional e internacional, liberado da tirania imensa e parasitária dos proprietários privados".⁶

Nesse quadro a idéia dos sovietes ganhou a massa: no entanto, o impacto dessa idéia não é respaldado por uma concepção tática de como estabelecer o Estado proletário. Não bastava assaltar o poder: era necessário "um trabalho preparatório de sistematização e de propaganda. (...) dar maior desenvolvimento e maiores poderes às instituições proletárias de fábrica já existentes, fazer surgir similares nas aldeias, conseguir que os homens que as compõem sejam comunista conscientes da missão revolucionária que a instituição deve absorver".⁷

Esse desenvolvimento era absolutamente necessário para fazer frente à orientação reformista das organizações tradicionais do proletariado e sua incapacidade de perceber a nova realidade e de nela atuar adequadamente. Esta nova realidade é pensada como "estrutura do Estado socialista", como "instrumento da ditadura proletária no campo da produção industrial".⁸

Sua especificidade decorre do fato de que elas nascem

do trabalho, se caracteriza pelo fato de que “nela a economia e a política confluem, nela o exercício da soberania é uno com o ato da produção; nela, portanto, se realizam embrionariamente todos os princípios que informarão a Constituição do Estado dos Conselhos, nela se realiza a democracia operária”⁹.

Para o movimento operário não se trata apenas de destruir o aparelho de dominação burguesa. Deve ir mais longe, substitui-lo e realizar as tarefas que a burguesia não cumpriu. O estado burguês de capitalismo tardio, por sua organização e por sua própria destinação, acaba por não realizar muitas de suas tarefas básicas, entre elas a de unificar a nação. Unificar a nação, dotá-la de efetiva personalidade jurídica o conjunto dos cidadãos, liquidar o “individualismo animalesco” das populações “atrasadas e sem cultura”, dar-lhes um sentido e uma direção: uma disciplina. Mas isto é impossível ao Estado capitalista, pois realizar uma disciplina - entendida como sentido e direção - no todo social significa, na realidade, exercer a hegemonia.

A criação desse novo Estado é complexa e difícil. Produtos da sociedade e da economia burguesas, sindicato e partido acabam por se enriquecer. As instituições clássicas do proletariado não dão conta do recado. No entanto, no próprio movimento das classes subalternas, no movimento espontâneo, expresso no cotidiano, existe uma prática nova que pode permitir o aparecimento de uma nova democracia: as Comissões internas. Elas partem dos operários, até aqui mero instrumento executor. Para tal faz-se necessária a “reforma intelectual e moral”: “É necessário convencer os operários e os camponeses de que é de seu interesse se colocar sob uma disciplina permanente de cultura, e fazer para si uma concepção do mundo, do complexo e intrincado sistema de relações humanas, econômicas e espirituais que dá uma forma à vida social do globo”.¹⁰

Dado que o Estado operário só pode ser uma “invenção”, uma novidade histórica, não se trata apenas de dar “novas” ordens aos “antigos” funcionários. Trata-se de criar uma nova civilização.

As comissões internas, transformadas em conselhos de fábrica pela eliminação dos limites impostos pelos capitalistas acabarão sendo a escola na qual os operários poderão atingir o domínio da produção e, tornando-se conscientes, realizar o controle industrial; em suma, expulsar os parasitas capitalistas e instaurar a soberania dos produtores. Realizar uma constante educação, instaurar uma prática nova, a da discussão comum, que modifica a consciência operária. O operário, o mais poderoso instrumento de produção, deve tomar consciência de sua situação de classe. Perceber-se como produtor, e apenas transitoriamente como assalariado. E afinal está a limitação das instituições anteriores. O sindicato diz “assalariado!”; o partido fala: “cidadão”; e embora ambos digam “proletário”, não pensam “produtor”, como classe. E não podem pensá-lo porque, como na dialética do se-

nhor e do escravo, vêm o proletário com olhos do capitalista.

A diferença essencial entre o sindicato e as comissões é a da sua função objetiva: o sindicato “tem uma meta que se pode chamar de comercial, e que consiste na valorização, em um dado mercado burguês, do trabalho de uma categoria, para vendê-lo por um preço maior”.¹¹ As comissões destinam-se ao “preparo dos homens, organismos e conceitos, com uma contínua ação pré-revolucionária de controle, para que estejam prontos a substituir a autoridade patronal na empresa, para enquadrar em uma nova disciplina a vida social”.¹²

O operário é então um produtor. Só ao conceber-se como tal, ele pode conceber-se como classe, fundamental e subalterna, e pode ultrapassar as determinações de assalariado e de cidadão. Só então ele pode se perceber como solidário e não como concorrente. Na visão burguesa que lhe é imposta por todas as formas mentais da sociedade capitalista, o operário é um soldado de uma imensa guerra civil. Luta contra todo o conjunto das classes, dominantes e subalternas. Um contra todos, todos contra todos. Se ele rompe com essa visão, se ele se percebe como um soldado de uma classe e, mais ainda, como soldado do conjunto das classes subalternas, pode perceber sua diferença em relação aos proprietários como sendo uma *diferença efetiva* e não

como questão de azar ou destino. Pode então subtrair-se à dominação ideológico-política da burguesia e, então, colocar a questão do seu poder, da sua hegemonia, do seu Estado.

O conselho de fábrica é, para Gramsci, o instrumento de realização desse poder e encarnará a ditadura proletária. Só “um sistema de conselhos eleitos, nos locais de trabalho, articulados agilmente de modo a aderir ao processo de produção industrial e agrícola, coordenados e hierarquizados, local e nacionalmente, de modo a realizar a unidade da classe trabalhadora para além das categorias determinadas pela divisão do trabalho”¹³, poderá tornar possível a construção da democracia operária. Só ele conseguirá reunir e dirigir a classe trabalhadora. O conselho é o local onde poderá se reunir *toda* a classe. Só no/pelo conselho, vivendo e resolvendo os problemas do trabalho, o operário poderá perceber e exercer a soberania produção”, ou seja, capacitar-se para o exercício do poder e para a expulsão do capitalista. Dado que “a revolução não é um ato taumatúrgico”, fica clara a necessidade de preparação para a gestão da nova sociedade estruturada em torno da produção.¹⁴ Os comissários trabalham. O Comissário não está separado da classe, como os funcionários do sindicato e/ou do partido. E essa convivência deverá lhe permitir manter o contato permanente com a realidade da sua classe.

A fábrica Fiat-Brevetti, em Turim, constituiu o primeiro conselho de fábrica: o voto operário para o conselho é “também uma produção, é ele também uma atividade criadora porque, sintetizando em poucos uma função

Para Gramsci, o conselho de fábrica encarna a ditadura proletária

necessária da vida social, determina uma ‘poupança’ de energias, uma concentração harmônica e potente dos esforços dirigidos à meta da luta de classes, até a obtenção do fim máximo: a libertação do trabalho da escravidão do capital”.¹⁵ O sufrágio que elege os comissários não lhes dá, porém, um poder irrestrito, pois os comissários podem ser destituídos, caso percam a confiança dos companheiros.

Aos eleitos compete um conjunto de tarefas que vão da fiscalização do cumprimento dos pactos de trabalho existentes até a vigilância sobre os capitalistas, passando pelo estudo das condições de trabalho, das inovações tecnológicas, etc. O comissário deve não apenas estudar, mas também estimular o estudo dos demais operários. Todos devem capacitar-se para o domínio da produção, pois isso é fundamental na perspectiva dia em que os capitalistas forem eliminados da produção.

Essa educação para o poder é essencial para eliminar os efeitos da opressão no trabalho. Os conselhos deverão fazer “nascer na própria fábrica, oficinas especializadas de instrução, verdadeiras escolas profissionais, onde cada operário, escapando da fadiga que embrutece, possa abrir a mente ao conhecimento dos processos de educação, e melhorar a si mesmo”.¹⁶

Os conselhos se colocam então como negadores radicais dos sindicatos? Não, pelo menos não de todos os sindicatos. Eles continuam a reconhecer “a utilidade dos sindicatos de ofício e de indústria na história da luta de classes, e a necessidade de que eles continuem sua função de organizar as categorias particulares de trabalhadores, para obter melhores salários e horários, enquanto permanecer a concorrência no mercado de trabalho (...). Reconhecem nos sindicatos uma forma indispensável de organização (...). Sustentam que todos os operários devem estar organizados nos sindicatos”.¹⁷

Declararam, no entanto, que a disciplina sindical só tem valor na medida em que as organizações sindicais sejam revolucionárias. “Os operários organizados no seio dos Conselhos aceitam sem discussão que a disciplina e a ordem dos movimentos econômicos, parciais ou coletivos, sejam fixados pelos sindicatos, desde que as normas dos sindicatos sejam dadas pelos comissários de fábrica, como representantes da massa trabalhadora. Recusam como artificial, parlamentarista e falso qualquer outro sistema que os sindicatos queiram seguir para interrogar a vontade das massas organizadas. A democracia operária não se baseia no número e no conceito burguês de cidadão e sim nas funções do trabalho, na ordem que a classe trabalhadora assume naturalmente no processo de produção industrial, profissional e nas fábricas”.¹⁸

A questão do poder está claramente colocada. Os sindicatos perderam a capacidade de representação na medida em que absorveram o estilo e o conteúdo burguês. O poder deve agora repousar em novas bases: deve expressar-se pelos comissários. Mais: “Os Conselhos encarnam (...) o poder da classe trabalhadora organizada por fábrica, em antítese à autoridade patronal que se realiza na

própria fábrica”.¹⁹

Os conselhos eleitos pela massa operária, e não mais indicados pelos sindicatos - como nas comissões internas -, deverão vigiar e diminuir concretamente o poder dos capitalistas nas fábricas. Mais: pelo próprio fato de viverem a vida da fábrica, poderão dominar a produção, conhecer as inovações tecnológicas, acompanhar e estimular o crescimento da capacidade dos trabalhadores.

Tarefa política e cultural, a ação dos conselhos se exercerá em cada seção da fábrica, fazendo com que os operários se qualifiquem mais e mais. *E o comissário, verdadeiro intelectual da classe, deve ser o articulador do processo de transformação de cada operário em um outro intelectual da classe. A ação do conselho implica efetivamente no início da construção da hegemonia proletária, processo que se inicia antes da conquista do poder do Estado.*

A atualidade da relação entre o conselho de fábrica e o sindicato é tanto maior quanto mais clara é a crise que atravessa a CGT. A central “atravessa uma crise de natureza similar à crise em que se debate em vão o Estado democrático parlamentar. A crise é de poder e de soberania”.²⁰

A resolução dessa crise está estritamente vinculada à vontade de poder da classe operária. O problema reside na transformação da organização sindical em uma imensa máquina burocrática, incapaz de atrair a massa operária revolucionária: “a máquina esmaga o homem, o funcionalismo esteriliza o espírito criador e o dilettantismo banal e verbalístico tenta em vão esconder a ausência de conceitos precisos sobre a necessidade da produção industrial, e a ausência da compreensão da psicologia das massas proletárias”.²¹

A condução burocrática da lideranças sindical tenta sufocar as formas consiliares, na medida em que estas põem sua dominação em perigo. Por sua própria formação, essa liderança é incapaz de perceber as novidades que vão ocorrendo nas fábricas, e tenta fazer crer que soviete e sindicato são a mesma coisa, e que este último já é a base sobre a qual se construirá a sociedade comunista.

É necessário distinguir as duas instituições. Os sindicatos “são o tipo de organização proletária específica do período da história dominado pelo capital. Em um certo sentido pode-se sustentar que é parte integrante da sociedade capitalista, e têm uma função que é inerente ao regime da propriedade privada”.²²

Isso não significa desconhecer e negar as grandes vitórias obtidas pela classe através dos sindicatos. Eles disciplinaram o mercado de trabalho. Mas o que lhes dá êxito na luta contra o capitalismo, ou seja a disciplina e a confiança da classe, é também o que os afasta dessa classe. O sindicato representa o proletariado organizado, mas desconhece e não representa outra parte desse mesmo proletariado que a ele não aderiu. Confiança e disciplina: eis o que as organizações esperam de seus filiados. Confiança em que elas consigam resolver as questões. Disciplina antes, durante e após as negociações. Já o conselho tem seu lugar na fábrica. Contrariamente à organi-



zação sindical, o conselho vive a vida diária da classe, está acoplado ao processo de elaboração da experiência da classe.

Essa distinção é fundamental para a compreensão dos conselhos. *O assalariado é o proletário considerado do ponto de vista da relação jurídica do trabalho, e o produtor é o proletário enquanto classe e não apenas instrumento de trabalho. No pensamento liberal existe uma cisão entre cidadão e assalariado, entre política e economia, no pensamento comunista essa cisão desaparece na figura do produtor, representação plástica da classe.*

O conselho existe “no trabalho (...) na produção industrial, isto é, em um fato permanente e não apenas no salário, na divisão de classes, isto é, em um fato transitório e que precisamente se quer superar”.²³

Essa presença do conselho no local de trabalho, o fato de não distinguir entre sindicalizados e não sindicalizados faz com que ele possa representar efetivamente a classe e não apenas uma parte dela; por isso mesmo o conselho é o modelo do Estado proletário. O conselho, contrariamente ao sindicato, é capaz de marcar a diferenciação no interior da classe e, ao mesmo tempo, realizar a sua unificação. O sindicato, como toda e qualquer associação liberal, se baseia no indivíduo. O conselho se funda no coletivo, “na unidade orgânica e concreta do ofício que se realiza no disciplinamento do processo industrial. A equipe percebe que é diferente no corpo homogêneo da classe, mas ao mesmo tempo se sente engrenada no sistema de disciplina e de ordem que torna possível, com o seu funcionamento exato e preciso, o desenvolvimento da produção. Como interesse econômico e político o ofício é parte indistinta e perfeitamente solidária do corpo da classe: distingue-se dele como interesse técnico e como desenvolvimento do instrumento particular que usa no trabalho”.²⁴

A contraposição até aqui esboçada entre sindicato e conselho vai clarificando as opções para a classe trabalhadora. O sindicato é uma organização que se coloca no campo do capitalismo para daí arrancar ao poder do capitalista melhorias em termos de horários, salários, condições de trabalho, mas que em princípio não afetam o essencial: o princípio da propriedade privada, a ordem da produção capitalista e a exploração do homem pelo homem permanecem intactas. O sindicato é também incapaz de educar a massa trabalhadora para o controle da produção. O conselho coloca-se fora da perspectiva capitalista. Contrariamente ao sindicato, ele não deseja melhorar as condições de trabalho: pretende liquidar o processo de produção capitalista; quer eliminar, suprimir a propriedade privada.

A luta entre as duas instituições é feroz. “O desenvolvimento normal do sindicato é marcado por uma linha de decadência do espírito revolucionário das massas: aumenta a força material, enlanguescer ou desvanece totalmente o espírito de conquista, o élan vital torna-se pre-

guiçoso, à intransigência heróica sucede a prática do oportunismo, a política do feijão com arroz. O crescimento quantitativo determina um empobrecimento qualitativo e uma acomodação fácil às formas sociais capitalistas, determina o surgimento de uma psicologia operária tacaña, estreita, de pequena e média burguesia”.²⁵

Os conselhos trabalham no sentido de transformar o assalariado em produtor. Isso é uma nova forma de cidadania, caminhando para uma outra realidade social e estatal: a dos conselhos de operários e camponeses pobres. Os sindicatos são a negação de tudo isso, são defensores de uma política de pequenas vantagens materiais para os operários, e querem, no máximo, “eliminar algumas das ocorrências mais perigosas para a integridade física e moral do operário”.²⁶

Em contrapartida, o movimento dos conselhos “é o início de um grande processo histórico no qual a massa trabalhadora adquire consciência de sua unidade indivisa baseada na produção, baseada no ato concreto do trabalho. Dá uma forma orgânica a esta sua consciência, construindo para si uma hierarquia, exprimindo-a do seu mais profundo íntimo, para que ela mesma seja vontade consciente de um fim preciso a conseguir, de um grande processo histórico que culminará irresistivelmente na ditadura do proletariado, na internacional comunista, apesar dos erros que os

indivíduos possam cometer, apesar das crises que as condições nacionais e internacionais possam determinar”.²⁷

A característica do período imperialista pós-guerra é a modificação tanto da figura do operário quanto a do capitalista: isto é, uma mutação do capitalismo, do Estado, da política.

A fábrica, entendida como célula básica do capitalismo, deixou de ser: “não existe na fábrica o empresário-proprietário, que tinha a capacidade mercantil (estimulada pelo interesse ligado à propriedade privada) de comprar bem as matérias-primas e de vender melhor o objeto fabricado. Estas funções passaram da fábrica ao sistema de fábricas possuídas pela mesma empresa. E não só: elas se reúnem em um banco ou em um sistema de bancos que assumem a tarefa real de fornecedores de matérias-primas e açambarcadores dos mercados de venda”.²⁸

Essa passagem do domínio do empresário-industrial para a burguesia financeira altera a composição da própria classe. Agora ela é “representada por uma camada... de vanguarda, a plutocracia: a linha de desenvolvimento histórico da classe capitalista é um processo de corrupção, um processo de decomposição. As funções tradicionais da classe capitalista passaram para as mãos de uma nova camada irresponsável, sem vínculos nem de interesses, nem psicológicos, com a própria produção”.²⁹

A luta interimperialista teve um papel nessa transformação, na liquidação do empresário industrial. E para além dessa transformação se dá outra, a do próprio Estado que deixa de ser um articulador das diferenças entre

os capitalistas para coordenar todo o conjunto da produção industrial. A partir dessa intervenção estatal se desmistifica o papel do empresário industrial que, com sua "capacidade e iniciativa", era o único que poderia dirigir a produção. Onde fica essa figura? "Ela se desvaneceu, se liquefez no processo de desenvolvimento do instrumento de trabalho, no processo de desenvolvimento do sistema de relações técnicas e econômicas que constituem as condições de produção e de trabalho".³⁰

A crise da produção é tal que ela é incapaz de garantir a sobrevivência tanto do operário, quanto da burguesia e de seus agentes. O desenvolvimento dos instrumentos de produção não é mais suficiente, pelo menos sob a forma pela qual são geridos. Manter a atual forma de governo desse instrumento é condenar a civilização europeia à morte. A luta pelo controle desse instrumento é pois, tarefa essencial para a sobrevivência da classe operária e para a construção de uma nova ordem social. Essa luta só pode ser perfeitamente compreendida se se colocam as relações sociais que existem entre os operários e às múltiplas determinações do conjunto da produção: as máquinas, as hierarquias, o sistema fabril, a especialização, as relações cidade-campo, ou melhor, indústria-agricultura, o comércio interno e externo, o Estado. "A classe operária se identificou com a fábrica, se identificou com a produção: o proletariado não pode viver sem trabalhar, e sem trabalhar metódica e ordenadamente. A divisão do trabalho criou a unidade psicológica da classe social, criou no mundo proletário aquele corpo de sentimentos, de instintos, de pensamentos, de costumes, de hábitos, de afeto, que se resumem na expressão: solidariedade de classe".³¹

Os reformistas e os oportunistas sempre falaram que o comunismo só se realizaria pelo desenvolvimento do instrumento de produção. Mas não puderam, ou não quiseram perceber, que o operário na sua própria produção, poderia dominar o instrumento de produção. A experiência dos conselhos de fábrica demonstra o contrário: "Os comícios, as discussões para a preparação dos Conselhos (...), favorecem a educação da classe operária mais do que dez anos de leituras de opúsculos e de artigos (...). A classe operária comunicou-se as experiências reais dos seus componentes individuais e delas fez um patrimônio coletivo: a classe operária educou-se comunisticamente, com seus próprios meios, e com seus próprios sistemas".³²

Esse processo de domínio técnico sobre a produção liberta progressivamente o operário da necessidade do técnico, dá-lhe maior autonomia, maior autoconfiança, disciplina-o melhor. O comissário acaba por ser a síntese da "consciência unitária" da seção, assim como o conselho o é de todos os operários da fábrica.

A experiência vivida naqueles "anos de ferro e fogo", no *bíenio rosso*, preludiou não a revolução mas a contrarevolução, o fascismo. Repensando essa experiência, no cárcere, Gramsci reafirmou o elevado processo de educação política atingido pelos operários de vanguarda na Itália. A teoria da hegemonia - que implica uma

elevação intelectual e moral das massas subalternas, na criação de um novo patamar civilizatório - estava já aí elaborada. Intelectual da classe, de uma classe que se colocava o problema da gestão social, que se preparava - política e industrialmente - para enfrentar os problemas da revolução, o comissário de fábrica, individualmente ou no seu conjunto, é o embrião de um tipo novo, criador de um novo partido: o moderno Príncipe.



1. Professor de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Foi Vice-Presidente Regional São Paulo da ANDES-Sindicato Nacional (1982-4 e 1988-90) e Vice-Presidente da Associação de Docentes da UNICAMP (1981-1983).
2. Estamos citando sempre da Edição crítica das obras pré-cárce. Nas indicações das notas, o primeiro ON refere-se ao jornal *L'Ordine Nuovo*, dos anos 19 e 20, e o segundo ON, ao livro homônimo *L'Ordine Nuovo*, publicado pela Einaudi Editore, Turin, 1987, editado por Valentino Gerratana e Antonio A. Santucci.
3. *La conquista dello Stato*, ON, 12-7-1919, L'ON, pp. 130-131.
4. *idem*, p. 130.
5. *idem*, p. 131.
6. *idem*, pp. 131-132.
7. *idem*, pp. 132-133.
8. Postilla a 'Il problema delle comissioni interne', ON, 23-8-1919, L'ON, p. 177.
9. *idem*, *ibidem*.
10. *Cronaca*, ON, 12-7-1919, L'ON, p. 126. Grifo nosso.
11. *Il programma dei Comissari di riparto*, ON, 8-11-1919, L'ON, p. 307.
12. *idem*, *ibidem*.
13. *Lo sviluppo della rivoluzione*, ON, 13-9-1919, L'ON, p. 205.
14. Problema clássico enfrentado por todas as revoluções do século XX. Entre outras, lembrar os problemas vividos pós-revolução russa, mas também e especialmente nas revoluções cubana e africanas.
15. *Cronaca*, ON, 13-9-1919, L'ON, pp. 201-202.
16. *Ai comissari di riparto delle officine Fiat-Centro e Brevetti*, ON, 13-9-1919, L'ON, p. 211.
17. *Il programma...*, op. cit., ON (da edição de 1972), p. 194. A edição crítica infelizmente não reproduz o documento.
18. *idem*, *ibidem*.
19. *idem*, *ibidem*.
20. *Sindacati e Consigli*, ON, 11-10-1919, ON, p. 236.
21. *idem*, *ibidem*.
22. *idem*, p. 237.
23. *idem*, p. 238.
24. *idem*, pp. 239-240.
25. *Sindacalismo e Consigli*, ON, 8-11-1919, ON, p. 297.
26. *idem*, p. 300.
27. *idem*, pp. 300-301.
28. *Lo strumento di lavoro*, ON, 14-2-1920, ON, p. 415.
29. *L'operaio di fabbrica*, ON, 21-2-1920, p. 432.
30. *Lo strumento...*, op. cit., p. 415.
31. *L'operaio...*, op. cit., pp. 433.
32. *Lo strumento...*, op. cit., p. 414.



CONCEITO DE HEGEMONIA

ou o legado intelectual de Gramsci...

J. Luis Marques *

* Cientista político, professor de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS

A quem pertence o legado intelectual de Gramsci? A social-democracia ou ao marxismo revolucionário? Para responder indicativamente a essa questão, nas linhas que seguem, vou polemizar com o historiador inglês Perry Anderson, autor de um provocativo ensaio intitulado *As antinomias de Antônio Gramsci* (in “New Left Review”, 1977), que de imediato tornou-se uma referência obrigatória em qualquer estudo sobre o conceito de hegemonia. Para a ciência política contemporânea, o mais importante conceito esboçado nos vinte e nove cadernos redigidos pelo famoso pensador italiano nos cárceres de Mussolini. Não é gratuito, pois, que a controvérsia sobre o seu legado intelectual gire com freqüência em torno desse conceito.

De acordo com Anderson, a unificação através de uma “revisão filológica” do discurso delineado fragmentariamente por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, acerca daquele módulo conceitual, revela a trajetória de seu artifício até o “reformismo”, isto é, ao ambiente da social-democracia. Téría ocorrido para tal desenlace o que Anderson classifica, por parte de Gramsci, ora como uma “ruptura retrospectiva consciente” com o revolucionarismo marxista do princípio do século, ora como uma “inclinação inconsciente” (sic) do mesmo estimulada pela necessidade de burlar a censura nas condições de confinamento. O segundo argumento, evidentemente, não é passível de verificação. De qualquer sorte, resulta da “revisão filológica” empreendida por Anderson que a utilização póstuma da herança gramsciana, sob o viés teórico-ideológico, pertenceria mais às correntes políticas reformistas, fagocitadas pela estratégia da ocupação gradual de espaços via “guerra de posição” para a tomada do poder, do que às correntes políticas revolucionárias, galvanizadas pela estratégia do assalto direto ao poder via “guerra de movimento” enquanto termo de um processo de acumulação de forças e posições nas instituições (“imaginárias” diria Castoriadis) da sociedade.

Estão colocados os parâmetros gerais do debate sobre o conceito de hegemonia em Gramsci. Procurarei demonstrar, em rápidas pineladas, que o “maior marxista do século XX” pois “nunca outro marxista da Europa ocidental voltou a atingir sua envergadura de realização teórica” (palavras de Anderson in *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Afrontamento, 1976, p.62), para o bem ou para o mal pertence à bagagem das correntes políticas radicais do campo cultural da esquerda. Inútil sublinhar que a polêmica em pauta transcende o muro da academia universitária, pelo caráter eminentemente político que a envolve, tocando de perto a todos os que pensam e praticam alternativas para por fim à opressão e à exploração capitalistas, que, é óbvio, sobrevive ao fragor da derrocada do “socialismo realmente existente” no Leste.

Acrescento ainda, antes de avançar, que as referências doravante a Perry Anderson remetem à tradução de *As antinomias de Antônio Gramsci* para o espanhol feita por Lourdes Bassols e J. R. Fraguas (Fontamara, 1981).

Histórico do conceito

Na literatura política, o termo hegemonia aparece pela primeira vez em escritos de Plekhanov (1883/84), ten-

do sido retomado por Aixerold (1889/901), Martov e Lenin (1901), com o sentido de "primazia do proletariado" na luta contra o absolutismo, dentro de um projeto de revolução então caracterizada como "burguesa" na Rússia tsarista daqueles verdes anos para os bolcheviques. O uso do termo, portanto, encontra-se generalizado entre a *intelligenza della sinistra* já nesse período, destacando a função dirigente do proletariado em meio ao bloco social heterogêneo, que em tese promoveria as transformações estruturais reclamadas pelos socialistas no país. Lenin, a propósito, depois de 1902, acusa os mencheviques exatamente porque estes abandonaram o conceito original de hegemonia ao aceitarem a primazia do capital, em lugar da direção do proletariado, na desejada revolução burguesa contra o absolutismo dos tzares.

Assim, o conceito de hegemonia foi forjado para mostrar o papel de primazia do proletariado numa revolução burguesa. Por isso Lenin pôde afirmar que a supressão do significado primitivo de hegemonia conduz: a) ao reformismo, caso dos mencheviques e; b) ao sectarismo gremial e corporativista, caso de Trotski que recusa em 1905 a consigna tática lançada pelo líder bolchevique "por uma ditadura democrática do proletariado e do campesinato", contrapondo-lhe um tipo puro de "ditadura do proletariado" e secundarizando a idéia de hegemonia. "Desde o ponto de vista do marxismo, a classe, na medida em que renuncia à idéia de hegemonia ou não a toma em consideração, não é uma classe, ou não é todavia uma classe senão um grêmio, ou a soma total de vários grêmios... É a consciência da idéia de hegemonia e sua aplicação através de suas próprias atividades o que converte aos grêmios em seu conjunto em uma classe" (Lenin, *Collected works*, London, vol. 17, pp.57-8).

Prevaleceu na Terceira Internacional (Comintern) a versão de Lenin, até o IV Congresso em 1922, quando o conceito foi estendido também à dominação da burguesia sobre o proletariado. Dominância que se expressava na subsunção do último às lutas econômicas, separadas das lutas políticas. Lukács, aliás, em 1923, reputará a subsunção ao que denominou de "reificação da consciência do proletariado", visível na forma e nos propósitos que revestem algumas lutas encaminhadas pelos assalariados. Pois bem, é através do Comintern que Gramsci tomou contato com o conceito de hegemonia, participando do IV Congresso mundial. Apesar de ter passado um ano em Moscou (1922/23), é pouco provável, na opinião de Anderson, que o fizesse pelo conhecimento imediato das publicações de Plekhanov, Aixerold, Martov ou Lenin.

O conceito em Gramsci

Gramsci trabalha o conceito de hegemonia contrastando as estruturas políticas do Ocidente e do Oriente, nos marcos da relação entre sociedade civil e Estado. Procurou, simultaneamente, estabelecer estratégias políticas

de radicalidade que contemplassem as condições particulares de cada situação, sem universalizar a pertinência das reflexões sobre a tomada do poder pelos bolcheviques, em 1917, para os países de contornos democráticos burgueses. Era então importante alinhar as diferenças, posto que o objetivo de Gramsci consistia em explicar a derrota da revolução no Ocidente.

Ocorre que, ao enfrentar esse desafio, como observa com acerto Anderson, o pensamento gramsciano assumiu muitas vezes feições dicotômicas e caricaturais nos *Cadernos do Cárcere*: "No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente existia uma relação apropriada entre Estado e sociedade civil, e quando o Estado vacilava, a robusta estrutura da sociedade civil se manifestava no ato. O Estado só era uma trincheira avançada, atrás da qual havia um poderoso sistema de fortalezas e casamatas; mas ou menos numerosas de um Estado a outro, não é demais dizer-lo, porém precisamente isto exigiria um reconhecimento exato de cada país individual" (Gramsci apud Anderson, p. 23).

Por conseguinte, a estratégia política adequada à conquista do poder, no Oriente, é a "guerra de movimento" e, no Ocidente, é a "guerra de posição". "O contraste nas duas relações entre o Estado e a sociedade civil no Oriente e Ocidente se transfor-

ma aqui em uma simples inversão, não é já preponderância versus equilíbrio (como Gramsci indicou noutras oportunidades), senão uma preponderância contra outra preponderância" (Anderson, p. 24). Gramsci, entretanto, ao comparar as formações sociais orientais com as formações sociais ocidentais, desejava apenas salientar a especificidade dos mecanismos de dominação acionados pela ordem burguesa no exercício de sua hegemonia nas democracias capitalistas. Especificidade que permite compreender as razões que fizeram sucumbir a revolução no Ocidente, compreender a justeza de uma estratégia de "longo fôlego" aí, bem como compreender, autocriticamente, a parcela de responsabilidade dos dirigentes comunistas da década dos 20, na Itália e na Alemanha, por essas custosas derrotas para o movimento operário e para a humanidade.

Donde, não se conclui da autocritica, como quer Anderson, uma oposição absoluta que se desdobre no princípio clássico do reformismo, que é a transição parlamentar para o socialismo. Mas uma oposição relativa entre "guerra de posição" e "guerra de movimento" nas formações sociais ocidentais face à inatualidade da revolução fora do Oriente, apesar do anelio sectarizado dos partidários do catastrofismo econômico vigente na época. Eis o que em Gramsci prevalece acima de qualquer antinomia nos *Cadernos do Cárcere*. "Os próprios técnicos militares que se fixaram definitivamente na guerra de posição, como antes se fixaram na guerra de movimento, de modo algum sustentam que o tipo precedente deva

ser riscado da ciência; mas que, nas guerras entre os Estados mais avançados civil e industrialmente, ele deve reduzir-se a funções táticas mais do que estratégicas, deve ser considerado na mesma posição que a guerra de cerco em relação à guerra de movimento" (Gramsci, editado no Brasil sob o título *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Civilização Brasileira, 1978, pp. 72-3). De certo, a analogia entre ciência política e ciência militar para a análise de formações sociais até então pouco examinadas na sua complexidade, deu margem a equívocos de interpretação. Contudo, Anderson exagera nos juros ao absolutizar os pólos da oposição anunciada.

Gramsci, ao destacar a preponderância da sociedade civil nas formações sociais ocidentais, não "obscurece" o papel repressor do Estado como fiador da hegemonia em nível da sociedade civil. De resto, Gramsci não criticara Benedeto Croce nos *Cadernos do Cárcere* precisamente por causa do enaltecimento unilateral, feito pelo filósofo, dos fatores consensuais e morais em detrimento dos fatos militares e coercitivos, na história européia? Parece incorreto, em suma, apresentar com base nesse argumento a trajetória do "maior marxista do séc. XX", consciente ou inconscientemente, até o cipóal do gradualismo reformista. Isso porque, decididamente, Gramsci não concebia o poder do capital nas formações sociais ocidentais como resultado exclusivo de uma hegemonia cultural. Recorde-se a ampliação gramsciana do conceito de polícia (coerção) para a sociedade civil e, ao mesmo tempo, o deslocamento do conceito de hegemonia (direção por consenso) para o aparelho de Estado na célebre frase onde Gramsci sentencia que "em política, o erro provém de uma compreensão inexata do Estado em seu sentido integral: ditadura mais hegemonia".

Frase, entre outros autores, *en passant*, citada por Christine Buci-Glucksmann (in *Gramsci e o Estado*, Paz e Terra, 1980, p. 28) que, a exemplo de Anderson, leu os *Cadernos do Cárcere* organizados cronologicamente por Vicentino Gerratana, mas sem que neles encontrasse uma "metamorfose do conceito de hegemonia" capaz de sustentar a "revisão filiológica" pretendida pelo brilhante historiador inglês. Na frase acima resgatada, em que o conceito de hegemonia surge relacionado ao Estado, subsiste inclusive uma revalorização das frentes cultural e filosófica na construção de um bloco histórico alternativo, no qual a economia recebe um atributo de determinação "em última instância". E não "em primeira" como propugnavam os que tinham uma visão puramente instrumental de Estado: os defensores do economicismo de "classe contra classe", objetivado na proposta suicida que identificava a social-democracia com o fascismo, pregando uma "guerra de movimento" em plena ascensão do fascismo, numa conjuntura de refluxo.

Hegemonia e dominação

A vigilância dos censores a que Gramsci estava submetido na prisão contribuiu para a elasticidade no emprego do conceito de hegemonia, com variação de foco. Burguesia e proletariado, assim, alternam-se "como sujeitos hipotéticos da mesma passagem... a cada vez que Gramsci escreve em abstrato de uma *classe dominante*" (Anderson, pp. 38-9). Generalizações que tiveram "séries consequências... porque foi o que induziu a premissa não analisada de que as posições estruturais da burguesia e do proletariado, em suas respectivas revoluções e seus estados sucessivos, eram historicamente equivalentes" (Anderson, p. 39). Objeção que, a rigor, foi pioneiramente articulada pelo sociólogo greco-francês Nicos Poulantzas. "(Gramsci) procede a uma extensão inaceitável do conceito de hegemonia à estratégia da classe operária... introduz aqui uma ruptura teórica entre hegemonia e dominação", postulando que "uma classe pode e deve tornar-se dirigente antes de ser uma classe politicamente dominante, pode conquistar a hegemonia antes da conquista do poder político" (Poulantzas, *O poder político e as classes sociais*, Portucalense, 1971, vol. 2, pp. 27-8).

Acontece que Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* não afirma isto. De novo os juros são altos demais. Des-

ta vez, em contrapartida, o próprio Anderson o reconhece, ao transcrever páginas adiante o que Gramsci realmente disse, deixando evidente que as "séries consequências" atrás assinaladas com um tom solene, em verdade, decorrem tão somente do que Gramsci *não disse* (sic). "Um grupo social é dominante sobre os grupos inimigos, a que tende a liquidar ou a submeter mediante a força armada, e é dirigente (hegemônico) com relação aos grupos afins ou aliados. Um grupo social pode, e de fato deve, ser dirigente antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das principais condições para a conquista do poder mesmo); depois, quando exerce o poder e o mantém firmemente em seu punho, se converte em dominante, porém também segue sendo dirigente" (Gramsci *apud* Anderson, pp. 76-77). Note-se portanto que Gramsci fixa as fronteira da extensividade conceitual da hegemonia no território ideológico da massa dos explorados com exclusão de qualquer pretensão à hegemonia sobre o conjunto da sociedade na etapa anterior à instalação no poder. Distinção que Bukharin já levantara, faça-se o registro.

Concluindo, a ênfaseposta por Gramsci em muitas de suas notas sobre a "guerra de posição" e os fatores consensuais e morais, nas sociedades capitalistas ortodoxas, visava constituir uma "frente única", uma base de massas para a revolução socialista a partir do proletariado e do campesinato. Isso, afinal, seria pensar a "questão nacional". Sob esse prisma, é fácil responder a quem pertence o legado intelectual de Gramsci.

INDIVIDUALISMO



SOCIALISMO

Renato P. Saul*

* Sociólogo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS

A emancipação efetiva do homem, comentou Marx em determinada ocasião (1843), somente se verifica no momento em que o indivíduo real absorve o cidadão abstrato, produto da emancipação política que o reduziu a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente, por uma parte, e a cidadão do Estado, a pessoa moral, por outra. Esse não é um processo natural no sentido de alheio à vontade dos indivíduos, mas um processo histórico, um nexo criado pelos indivíduos. O grau e a universalidade das faculdades que fazem possível a individualidade plena é um movimento histórico que supõe a existência de determinadas relações sociais que dão surgimento, ao mesmo tempo à universalidade e à multilateralidade de suas relações e de suas habilidades (Marx, 1856). Daí deriva o ridículo da nostalgia da plenitude primitiva e das fábulas robinsonianas do século XVIII sobre o indivíduo isolado e seus sucedâneos atuais expressos em torno do falso dilema da oposição entre indivíduo e sociedade, entre o *Homo oeconomicus* e o *Homo sociologicus*.

A crise que envolve os países socialistas abre espaço para uma reflexão a respeito de tais questões. Assim como se verificou com as preocupações a propósito da vida cotidiana (Lefebvre, Kosik, Heller), cuja recuperação parece ter-se operado a partir do fracasso das expectativas criadas em torno da desaparição de Stalin e de uma esperada transformação radical da forma de vida no mundo socialista e no pensamento socialista, a situação atual certamente enseja a ressurgência de um tema decisivo da concepção dialética que ficou obscurecido pela voragem da especulação sobre a dialética transformada em religião do Estado e das leis de desenvolvimento social: a estratégia de individualização.

De modo especial esta posição crítica torna-se crucial à medida que algumas tendências importantes manifestas no pensamento social corrente, atuando reativamente à crise do socialismo real, apontam para o reforço de uma perspectiva subjetivista de tipo francamente narcisista e para a valorização do individualismo abstrato centrado na racionalidade das opções do consumidor soberano. Ambas as tendências apresentam inequívoco compromisso com a negação de macro-sujeitos e resistência à integração comunitária além de grupos restritos, de interesses de caráter utilitário. Mas, sobretudo, tais tendências se combinam na reafirmação simultânea e contraditória de princípios do presentismo e do empiricismo, substituindo o nexo existente entre o indivíduo e a sociedade por um jogo de probalidades estatísticas ou pelo relativismo que transforma o acontecer histórico numa sucessão de fatos sem sentido. Tudo em nome da necessidade de reformulação paradigmática nas ciências sociais.

As possibilidades de atualização do pensamento gramsciano estão ligadas, segundo entendemos, à circunstância de que as questões tratadas em seus escritos dizem respeito às grandes transformações operadas na vida ocidental no começo deste século. Particularmente transformações no campo econômico, político e social que definiram as linhas gerais de uma nova época para a humanidade. Neste sentido, um dos aspectos que tornam o pensamento gramsciano tão difundido (muitas vezes difusamente) em campos distintos da atividade intelectual é o fato de que boa parte de suas preocupações localizaram-se no esforço de reconstrução das articulações entre o homem e a sociedade em que vive. De forma especial destaca-se a revalorização da estratégia de individualização contida na concepção dialética do mundo. Na realidade, ele não tratou apenas de reabilitar esta lógica como de mostrar o seu caráter primordial na realização de uma sociedade socialista, cuja culminância

institucional, no dizer de Agnes Heller, corresponde à superação da alienação e à criação de uma ideologia política que induza o particular a desenvolver a sua própria individualidade.

A afirmação da existência de um nexo entre instâncias de distinta grandeza da realidade social integra o léxico gramsciano desde seus primeiros escritos.

Numa passagem de seus textos de juventude, a propósito da língua latina e da sua importância para a formação intelectual, ele procura mostrar como o seu estudo é revelador do processo de formação, a partir de um movimento de lenta integração de elementos dispersos e difusos, de um todo unitário que se decompõe e recompõe em cada indivíduo de uma época. Esta experiência estimula o indivíduo a perceber a dinâmica do pensamento concreto, histórico, sentido-se ao mesmo tempo parte integrante do processo e da sua organização. Em outro contexto, voltando a referir-se ao mesmo tema, alude ao fato de que tais estudos resultam em experiências lógicas, artísticas, psicológicas, adquiridas sem um esforço determinado, que se transformam em uma vivência sintética, filosófica, do desenvolvimento histórico real.

Esta consciência de ser pertencendo a uma experiência histórico-social ressurge na crítica do conceito de cultura como saber enciclopédico que leva subjacente a si a idéia do indivíduo como repositório de fórmulas e de dados de toda a espécie ao qual deve recorrer sempre que estímulos externos exijam. A cultura, na perspectiva gramsciana, é algo vivo e estreitamente vinculado à identificação de responsabilidades numa situação social determinada. Não é uma disciplina que hierarquiza os indivíduos entre quem sabe mais ou menos. É disciplina interior, posse de personalidade própria, consciência de seu valor histórico e de suas funções na vida.

Da noção de processo histórico compreendida nessas observações desenrola-se a concepção gramsciana de método e de seus vínculos com a questão da ideologia. Em Gramsci, a noção de método tem dupla face: a dos procedimentos adotados para conhecer a realidade e a do processo de atuação prática. O momento do método e o momento da concepção de mundo atuam reciprocamente um sobre o outro, articulando-se dialeticamente. Nesta articulação orgânica capta-se o sentido da relação entre o ser histórico coletivo e o ser histórico individual. A sociedade é um bloco histórico enquanto unidade de distintos e de contrários, unidade entre natureza e espírito, entre estrutura e superestrutura. O homem-indivíduo é também ele um bloco-histórico, enquanto combinação de elementos puramente individuais e subjetivos e elementos de massa e objetivos.

O homem é um ser coletivo por ser conformista. Mas ele pode ser conformista de um conformismo imposto ou ser conformista de um conformismo proposto. A diferença entre um e outro está na elaboração de um esforço crítico da consciência para romper com o que é homem-massa ou homem coletivo imposto.

A atuação prática do homem ativo, de massa, encerra em si mesma um ato de conhecimento do mundo, uma vez que o transforma. A consciência teórica desta atuação nem

sempre é clara e pode inclusive ser contraditória em relação a ela.

Contudo, é esta ação prática o ponto de apoio a partir do qual desenha-se o método tendente a modificar a concepção de mundo. Ao método que objetiva a criação de uma consciência unitária e coerente, que considera as relações sociais e históricas em que se atua concretamente. Do ponto de vista político, este é o elemento referencial para o estabelecimento da linha de investigação histórica e para a definição da estratégia de articulação entre intelectuais e massa.

Se a individualidade é o conjunto de relações (elementos puramente individuais e subjetivos combinados com elementos de massa e objetivos), criar uma personalidade implica ter consciência de tais relações. E neste ponto retorna Gramsci à questão cultural vista na sua dimensão crucial, a sua dimensão política. O ato de "conhecer-se a si mesmo" - primeiro ato de elaboração de uma consciência crítica - é um ato de vontade individual. Individual, mas não arbitrário. É um ato consciente da finalidade.

Na história não existe espontaneidade de pura, segundo Gramsci. Admiti-la seria admitir a mecanicidade pura. Tampouco existe a liberdade pura. A liberdade penetra o conceito de homem não no sentido liberal, abstrata e genericamente, e sim como resultado do exercício de um compromisso com o contexto que envolve o indivíduo, a coletividade.

O nexo dialético entre indivíduo e conformismo define-se a partir do nexo entre liberdade e disciplina. Conforme uma passagem dos *Cadernos do Cárcere*:

O conceito de liberdade deveria ser acompanhado pelo de responsabilidade que gera a disciplina e não imediatamente a disciplina, neste caso, se entende imposta desde fora, como limitação coativa da liberdade. Responsabilidade de contra o arbítrio individual. Somente é liberdade a que é "responsável", ou seja, "universal", enquanto se coloca como aspecto individual de uma "liberdade" coletiva ou de grupo, como expressão individual de uma lei.

A questão decisiva na concepção gramsciana de homem não é, no entanto, definir o que ele é. O problema é saber o que o homem pode vir a ser. E esta é a questão central da conquista da personalidade moral, da sua formação e do seu desenvolvimento. O homem é liberdade concreta enquanto vontade concreta, ou seja, enquanto aplicação efetiva de um querer abstrato. A formação do indivíduo está articulada à transformação do mundo externo. Como ser histórico, o homem é um conjunto de relações ativas. Não obstante a individualidade tenha a máxima importância ela não é o elemento único a ser levado em linha de conta. O indivíduo, os outros indivíduos e a natureza são componentes que fazem da individualidade um reflexo da humanidade. As relações entre estes elementos são orgânicas e as mediações se realizam por processos de graus de complexidade diversa. O homem-indivíduo não se relaciona com a natureza pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas de maneira ativa e consciente através do trabalho e da técnica. A sua personalidade desenvolve-se neste movimento, como auto-transformação que se realiza no mesmo ato transformador.

“O homem
é político
porque sua natureza
se realiza
na atividade
de dirigir
outros homens”

O homem é político - e aqui pode-se identificar a matriz do conceito de intelectual - porque sua natureza humana se realiza na atividade de transformar e dirigir conscientemente outros homens.

O fato de o partido político ser elemento decisivo na organização da vontade política individual e coletiva e na consolidação de um sistema hegemônico não diminui a relevância que possui na teoria gramsciana o processo de auto-transformação da personalidade individual. Este processo não é apenas central para a configuração da hegemonia como fundamental para a garantia do processo democrático em seu desenvolvimento.

A tentativa de reduzir o indivíduo a mero número ou objeto de manipulação em determinadas situações e face a organizações de diferentes origens e funções é uma tendência bastante difundida. Na perspectiva gramsciana esta é uma forma tipicamente economicista de pensar e atuar, na qual a dialética é substituída por um viés mecanicista de análise do processo histórico. É exemplar a respeito o fetichismo que cerca o modo de se entender a relação entre indivíduo e o partido, imaginando tratar-se de uma dualidade, cada indivíduo concebendo a instituição como uma entidade estranha a si mesmo, autônoma e com uma fantasmagórica capacidade de pensar independentemente dos seus integrantes.

O devir histórico é visto por Gramsci na perspectiva de seu desenvolvimento geral e na perspectiva da atuação dos sujeitos individuais e de seus esforços para transformar o conjunto das relações sociais. A unidade entre teoria e prática que complementa a idéia da relação quantidade-qualidade e nos remete ao ponto nuclear da filosofia da práxis como filosofia de massas - que se realiza a partir de diferentes níveis de integração da consciência individual, desde as suas fases mais elementares e primitivas até constituir-se como uma concepção de mundo unitária e coerente, capaz de submeter o sentido comum a uma crítica consequente. Seu âmbito é a sociedade em seu conjunto e cada um dos seus indivíduos em particular. É o indivíduo singular, enquanto este é um contínuo vir a ser social (quantidade), e está presente no homem massa, enquanto este é um processo permanente de individualização (qualidade).

A relação dialética entre quantidade e qualidade é a parte mais original e fecunda da filosofia da práxis, de acordo com Gramsci. Como enfoque privilegiado do estudo do processo histórico, a dialética quantidade-qualidade articula-se à relação estrutura-superestrutura. A reciprocidade necessária entre estrutura e superestrutura tem correspondência na reciprocidade necessária entre quantidade e qualidade. Desta forma, se a quantidade é condição da qualidade, esta colabora para o desenvolvimento da quantidade.

Daqui desdobra-se uma consideração decisiva para a compreensão do problema da democracia no projeto gramsciano definido nos *Cadernos do Cárcere*. A crítica ao individualismo é a crítica de um determinado individualismo, que se tornou anacrônico e anti-histórico. A ruptura desta concepção deve corresponder à afirmação de um novo individualismo cujo momento inicial é o desenvolvimento da individualidade como personalidade crítica. Este é o nó górdio da questão da democracia e do socialismo no presente. Nos termos de Gramsci:

Que se lute para destruir um conformismo autoritário, agora defasado e embarracoso, e, através de uma fase de desenvolvimento de individualidade e personalidade crítica, se chegue ao homem coletivo, é uma concepção dialética difícil de compreender para as mentalidades esquemáticas e abstratas.

Antônio Gramsci

Nasceu em 22 de janeiro de 1891 em Ales (Cagliari) na Itália. Em 1911 ingressou na Universidade de Turim, no curso de Letras, cumprindo uma vida estudantil marcada pelas dificuldades materiais e esgotamentos nervosos. Em 1913 travou os primeiros contatos com o movimento socialista de Turim, e em agosto de 1917 tornou-se secretário da Comissão Executiva da Seção de Turim. Propôs a criação de uma associação proletária de Cultura, afirmando a necessidade de integrar a ação política e econômica com um órgão de atividade cultural. Em 1919, a direção do PSI decidiu aderir à Internacional. No ano seguinte foi constituída oficialmente a Fração comunista do PSI. E em 1921 os delegados da Fração comunista deliberaram a constituição do PCI, Seção da Terceira Internacional. Gramsci fez parte do Comitê Central. Em outubro de 1922 ocorreu a marcha sobre Roma, quando os fascistas tomaram o poder. Gramsci foi para Viena. Voltou à Itália dois anos depois, eleito deputado mas apesar de sua imunidade parlamentar, em novembro de 1926 foi preso e, em 1928, condenado a mais de 20 anos de encarceramento. Durante este tempo, passou por grandes sofrimentos físicos e morais. Em 1937 obteve a liberdade condicional, morrendo no mesmo ano, vítima da hemorragia cerebral. Nos dez anos em que esteve preso, escreveu regularmente para a mulher, seus filhos, a cunhada, a mãe e o irmão. Estas cartas mostram o esforço que fez para conservar a lucidez e superar o desfalcamento físico que era obrigado a suportar. Bastante pessoais, debatendo diversos temas, as cartas evidenciam as convicções de Gramsci.

CARTAS DO CÁRCERE

Cárcere de Milão, 21 de novembro de 1927

QUERIDA GIULIA,

no pátio, onde com outros detentos vou dar o passeio regulamentar, efetuou-se uma exposição de fotografias das crianças respectivas. Delio fez um grande sucesso e provocou muita admiração. Desde há alguns dias não me encontro mais isolado, mas numa cela comum com um outro preso político que tem uma graciosa e gentil garotinha de três anos, chamada Maria Luísa. Segundo um costume sardo, decidimos que Delio se casará com Maria Luísa tão logo os dois cheguem à idade matrimonial; que acha você? Naturalmente, esperamos o consentimento das duas mamães, para dar ao contrato um valor decisivo, conquanto isto se constitua em grave derrogação dos costumes e princípios de minha terra. Imagino que você sorria e isto me torna feliz; não consigo, senão muito dificilmente, imaginá-la sorrindo.

Abraço-a com ternura, querida.

Antonio

Roma, 25 de novembro de 1935

QUERIDA,

recebi as suas duas cartas. Estou mais tranquilo desde quando reconheci a lhe escrever, ainda quando o escrever me custe muito cansaço e me deixe por algumas horas (ou por alguns dias) em condições de excitabilidade de pouco agradável. Tânia disse-me algo do que você escreveu a ela e sobre outras notícias recebidas. Contou-me, divertindo-se muito, que Delio pensou em ungir com vaselina um elefante, do qual provavelmente sentira a pele crespa sob os dedos; a mim não parece muito estranho que um menino pense em ungir um elefante com vaselina, se bem que não creio que em criança passassem pela minha cabeça idéias semelhantes. Disse-me ainda que Julik quer saber tudo o que se refere a mim: acho que isto se relaciona com o fato de que viu um retrato meu num parque cultural. Querida, quando penso em todas essas coisas e no fato de que a sua vida há tantos anos (quase um quarto da minha existência e mais de um quarto da sua) se desenrola tão afastada da minha, não me sinto muito alegre. Todavia, é preciso resistir, não ceder, procurar adquirir forças. Por outro lado, o que ocorreu não era de todo imprevisível; você, que se lembra de tantas coisas do passado, recorda quando lhe dizia que "ia para a guerra"? Talvez da minha parte não fosse muito a sério, mas era a verdade e na realidade assim o sentia. E lhe queria muito, muito bem. Mantenha-se forte e faça o possível para melhorar. Abraço-a ternamente com os nossos meninos.

Antonio

(A Giulia)

16 de junho de 1936

CARO DELIO,

os seus bilhetinhos tornam-se sempre mais curtos e estereotipados. Creio que você tem bastante tempo para escrever mais demoradamente, e de modo mais interessante; não há nenhuma necessidade de escrever no último momento, às pressas, às pressas, antes de ir brincar. Não acha? Também não creio que lhe agrade que o seu pai julgue-o pelos seus bilhetinhos como um bobão que só se interessa pela sorte do seu periquito e que manda dizer estar lendo um livro qualquer. Acho que uma das coisas mais difíceis na sua idade é ficar sentado diante de uma mesa para pôr em ordem os próprios pensamentos (ou para pensar mesmo), e para escrevê-los com certo garbo; esta aprendizagem torna-se às vezes mais difícil que a de um operário que quer adquirir uma qualificação profissional, e deve começar justamente na sua idade. Abraço-o forte.

Antonio

(GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 2^a edição.)

